



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 4ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA

ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVIII PLENÁRIO REALIZADA EM 05/12/2025.

Ao quinto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, com início às 14h realizou-se a 5ª Reunião Plenária Ordinária do XVIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG). Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG). Estiveram presentes as(os)(es) Conselheiras(os) Efetivas(os): Andre Luiz Moreno da Silva, Andressa Moreira Antunes, Cintia Coelho dos Santos (online), Daniel dos Santos Saldanha de Freitas Camilo, Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Isabelle Oliveira Pereira, João Paulo da Silva Moraes, José Alberto Manoel dos Santos, Laura Costa Lobo, Lucas Fernandes Ayres Pinto, Luciana Rodrigues Vasconcellos (online), Nayara Priscila Koda Teixeira, Sara Edith Souza de Assis Leão e Tobias de Medeiros Chaves Ferreira. Conselheiras(os) Suplentes: Aline Beatriz Alvarenga Albino Vaz, André Correa Ferreira, Angela Maria Valentim Gonçalves, Clarissa Assis Pereira Gomes, Fernanda Coelho dos Santos Moreira (online), Juliana Mendes Alves, Patrícia de Fátima Pantaleão, Samantha Alves Pereira de Souza (online). **Justificativas de ausência**: Edilson Felipe Domingues, Kátia Regina Beal Rodrigues e Bruno Stefani Ferreira de Oliveira. **Quórum de Conselheiras(os)(es) Efetivas(os)(es)**: Foi verificado o quórum das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, totalizando 13, tendo o Plenário elevado à condição de Conselheira efetiva, Angela Maria Valentim Gonçalves e Juliana Mendes Alves. **Assuntos tratados**: Informes: 1) A Conselheira Vice-Presidenta Isabelle Oliveira Pereira inicia a fala solicitando que as reuniões onde há necessidade de deliberação da Diretoria e, conseqüentemente pagamento de auxílio-representação, sejam formalizadas por e-mail em data prévia ao acontecimento do evento. Ponderou que casos urgentes serão analisados de forma célere e que entende essas necessidades. O Conselheiro Secretário Lucas Fernandes Ayres Pinto em seguida, orienta às(aos) demais Conselheiras(os) sobre o encaminhamento de convites e solicitações de participação em eventos e/ou reuniões para o e-mail da diretoria. 2) Foi apresentada a prestação de contas do Termo de Fomento com a Associação Coletiva Mulheres da Quebrada para ciência de todas(os) as Conselheiras(os) presentes. 3) A Conselheira Nayara Priscila Koda Teixeira apresentou informe sobre representação institucional no Encontro Nacional COE e COF. O Conselheiro Tobias de Meideiros Chaves Ferreira tomou a palavra e explicou algumas alterações propostas pelo Conselho Federal de Psicologia nos processos de julgamentos éticos. A Conselheira Isabelle Oliveira Pereira sugere que seja feito um relatório pelas(os) Conselheiras(os) participantes do Encontro Nacional COE e COF e enviado ao CFP pontuando questões acertadas e pontos de melhoria para que tenham conhecimento e possam se debruçar para os próximos encontros. A Conselheira Nayara Priscila Koda Teixeira trouxe a questão da necessidade de entender como o Conselho Federal de Psicologia orienta sobre a utilização de termos não racista em todo o sistema conselhos. 4) A Conselheira Andressa Moreira Antunes relatou sobre análise de dados levantados pelo Setor de Tecnologia da Informação e na próxima semana terá todas as informações necessárias para enviar para a Apaf. Informou sobre encontro com o CFP e discussão acerca do Fórum Mineiro de Saúde Mental e como a gestão irá se posicionar. Diante desse contexto, foi apresentada uma análise de dados sobre saúde mental em Minas Gerais, com base em informações do censo, número de psicólogos, CAPS e levantamento de comunidades terapêuticas, organizados por macrorregiões de saúde. Os dados foram analisados de forma per capita (por 100 mil habitantes), evidenciando desigualdades regionais, com destaque para maior

concentração de CAPS e psicólogos na região central e maiores vulnerabilidades em regiões como Sudeste, Nordeste e Extremo Sul. A partir do cruzamento das informações, foi elaborado um ranking de vulnerabilidade regional. Foi esclarecido que o objetivo da análise é subsidiar um posicionamento institucional baseado em dados, orientar a atuação do CRP em saúde mental, apoiar o diálogo com o Fórum Mineiro e contribuir para uma atuação mais estratégica junto à assessoria parlamentar e demais demandas políticas.

5) A Conselheira Cintia Coelho dos Santos apresentou um diagnóstico sobre a gestão de recursos do CRP-MG, revelando que, nos últimos anos, mais de R\$ 200 mil foram repassados sem a devida transparência ou ampla concorrência. A análise evidenciou uma concentração de verbas em poucas entidades e a ausência de editais públicos, operando por meio de concessões diretas e discricionárias da diretoria anterior. Esse modelo foi duramente criticado pelas(os) demais Conselheiras(os), que alertaram para os riscos de fiscalização pelo TCU e para a necessidade de auditoria financeira e jurídica para apurar possíveis desvios de finalidade e irregularidades fiscais. Como medida corretiva, o Grupo de Trabalho (GT) propôs a formalização de um novo fluxo administrativo que estabelece o edital público como regra para a concessão de patrocínios e apoios institucionais. O planejamento para dezembro e janeiro prevê a criação de critérios rigorosos de elegibilidade, a definição de uma comissão de análise e a elaboração de um plano de aplicação orçamentária para os R\$ 500 mil previstos para o próximo exercício. O objetivo central é democratizar o acesso aos recursos da autarquia, garantindo que o fomento seja destinado a projetos com comprovada pertinência técnica para a Psicologia e rigorosa prestação de contas.

Pontos de Pauta: Alteração IN 01/2025 - Auxílio Representação: O Gerente Jurídico Luiz Henrique Barbosa Alves apresentou um estudo detalhado sobre a defasagem dos auxílios de representação, destacando a dificuldade logística e o prejuízo financeiro enfrentado por conselheiros que se deslocam dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde os custos de viagem frequentemente superam o valor do reembolso atual. Para adequar o Conselho às condicionantes do TCU de 2019 e garantir a viabilidade das atividades, propôs-se uma reestruturação que abandona o critério de "tempo de atividade" em favor do "deslocamento", sugerindo a elevação da diária para R\$ 390,00 e a criação de faixas de auxílio de R\$ 250,00 para municípios não limítrofes e R\$ 195,00 para municípios limítrofes ou mesma localidade. Para casos de reuniões por TDICs ficaria estipulado o valor de R\$137,00. Além disso, informou-se que novos estudos estão em andamento para revisar as demandas específicas da Comissão de Orientação e Ética (COE) e a insuficiência das diárias frente aos custos hoteleiros da capital, com previsão de atualização monetária pelo IPCA para o próximo exercício. O Conselheiro André Luiz Moreno da Silva enfatizou que a diretoria busca priorizar o ressarcimento adequado e justo de cada participação institucional em detrimento do alto volume de auxílios observados em gestões anteriores. A estratégia consiste em alinhar esses reajustes ao orçamento e à nova política de editais, permitindo uma gestão financeira mais assertiva e transparente.

Deliberação: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 6 deram anuência à alteração dos valores de auxílio representação. Aberto para votação às(aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes elegeram por 15 votos favoráveis.

Condições de trabalho, fluxos, estruturas físicas e tecnológicas: A Conselheira Nayara Priscila Koda Teixeira apresentou relatório das visitas técnicas realizadas às subsedes, cujo conteúdo evidenciou possíveis crises na gestão de pessoas e na organização operacional do CRP-MG. O levantamento apontou significativa sobrecarga de trabalho decorrente de fluxos internos desorganizados, bem como momentos de isolamento das unidades do interior, que se encontravam alijadas de alguns processos decisórios da sede e submetidas à recorrente desvalorização profissional. Foram identificadas, ainda, fragilidades na capacitação técnica das fiscais, onde pouco foi investido em especialização no que se refere à aplicação do Código de Ética em situações complexas, como, por exemplo, as relacionadas ao método ABA, além de inconsistências na definição de papéis hierárquicos. Constatou-se, também, a utilização indevida de trabalhadores terceirizados no desempenho de atribuições exclusivas de empregados concursados, circunstância que expõe a autarquia a riscos jurídicos e trabalhistas. O diagnóstico mais alarmante revelou possíveis indícios de assédio moral sistemático atribuído às gestões anteriores. Entre os relatos colhidos, destaca-se a diminuição participativa por parte das equipes em assuntos sensíveis como estratégia de preservação da saúde mental. Outros fatores identificados como possíveis práticas punitivas, foram identificados, dentre elas a privação de acesso digno a mobiliário básico (cadeiras), ar condicionado e outros equipamentos que melhoram a ergonomia e facilitam a

execução das tarefas durante o expediente de trabalho. Diante da materialidade das ponderações elucidadas, foi necessário também verificar se havia irregularidades nos contratos de terceirização — sendo incluindo no material de levantamento, indícios de irregularidades que necessitam de atenção para serem revistos. Frente às elucidações, as(os) demais Conselheiras(os) manifestaram-se pela elaboração de documentação integral dos fatos. Tal medida visa subsidiar futuras auditorias financeiras e a eventual instauração de processos administrativos e judiciais, com o objetivo de apurar responsabilidades e promover a devida responsabilização por atos ilegais e abusos de poder. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Lucas Fernandes Ayres Pinto, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelas(os) demais presentes. Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Fernandes Ayres Pinto, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 23/03/2026, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 23/03/2026, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabelle Oliveira Pereira, Conselheira(o) Vice-Presidente**, em 23/03/2026, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Moreno, Conselheira(o) Presidente**, em 24/03/2026, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2579058** e o código CRC **A7AB83BD**.